



Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

DESEMBARGADORES E DESEMBARGADORAS

de 1968 a 1975



Apresentação



Apresentação

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina tem a satisfação de apresentar a primeira etapa do trabalho de pesquisa biográfica do total de 264 desembargadores e desembargadoras que integraram e integram essa Corte, desde sua instalação, em 1º de outubro de 1891, até esta data.

O lançamento desta obra virtual ocorre por ocasião das comemorações dos 131 anos de instalação do nosso Tribunal. A forma como será apresentada e disponibilizada tornará possível a adição constante de conteúdos e imagens, num processo dinâmico de aprimoramento.

A obra será composta de oito volumes, o primeiro dos quais lançado agora, dispostos em capítulos de acordo com a ocupação da sede do Tribunal de Justiça, iniciando-se nas dependências da Casa da Câmara e Cadeia e Conselho da Intendência Municipal (1891-1894), passando pelas demais sedes, localizadas na Tesouraria-Geral (1894-1895), na Rua Trajano (1895-1908), no Palacete da Jerônimo Coelho (1908-1929), na Assembleia Legislativa (1929-1929), no Palácio da Praça Pereira Oliveira (1929-1968) e na Agência Ford (1968-1975), até a atual sede, localizada na Praça Tancredo Neves [Torre I (1975) e Torre II (2007)].

Os demais volumes serão lançados em datas comemorativas relevantes que guardam identidade com as atribuições do colegiado formado pela Memória do Judiciário, Museu, Arquivologia e Biblioteconomia, quais sejam, na ordem sequencial, 20 de outubro (Volume II), quando se comemora o Dia do Arquivista; 29 de outubro (Volume III), comemorativo do Dia do Livro (data da fundação da Biblioteca Nacional); 8 de dezembro (Volume IV), em homenagem ao Dia da Justiça, todos de 2022. E na sequência, em 2023, haverá lançamento em 9 de abril (Volumes V e VI), festejando o Dia da Biblioteca; 10 de maio (Volume VII), destacado como o Dia da Memória do Poder Judiciário; 9 de junho (Volume VIII – Tomo I – Torre I), em reverência ao Dia Internacional dos Arquivos, e, por fim, 11 de agosto (Volume VIII – Tomo II – Torre II), por conta do Dia da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil.

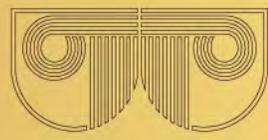
Esses volumes serão, inicialmente, disponibilizados no Portal da Memória e, depois de sua apresentação completa, estarão compilados em publicação eletrônica.

Ao final, como preito de reconhecimento, anoto que esta pesquisa foi conduzida pela equipe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário Catarinense, organizada e supervisionada pela Comissão de Gestão de Memória, criada pela Resolução n. 7 de 16 de junho de 2021, sob o comando da desembargadora Haidée Denise Grin.

Florianópolis, setembro de 2022.



Desembargador João Henrique Blasi
Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



Sumário





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO 7 – VOLUME 7	
<i>Nos “arrabaldes” de Florianópolis: em uma antiga agência de automóveis Ford, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (1968-1975).....</i>	<i>09</i>
<i>Listagem de desembargadores por ordem alfabética.....</i>	<i>11</i>
<i>Aristeu Rui de Gouvêa Schiefler.....</i>	<i>13</i>
<i>Ayres Gama Ferreira de Mello</i>	<i>15</i>
<i>Belisário José Nogueira Ramos</i>	<i>17</i>
<i>Eduardo Pedro Carneiro da Cunha Luz.....</i>	<i>19</i>
<i>Francisco José Rodrigues de Oliveira</i>	<i>22</i>
<i>Francisco May Filho.....</i>	<i>25</i>
<i>Geraldo Gama Salles</i>	<i>27</i>
<i>Ivo Sell.....</i>	<i>30</i>
<i>Nelson Konrad</i>	<i>32</i>
<i>Oswaldo Arêas Hörn.....</i>	<i>34</i>
<i>Paulo Peregrino Ferreira.....</i>	<i>36</i>
<i>Rid Silva.....</i>	<i>38</i>
<i>Waldyr Pederneiras Taulois.....</i>	<i>40</i>
ANEXOS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58



Introdução



Introdução

O sétimo capítulo apresenta a nominata e a biografia dos treze desembargadores que foram nomeados e passaram a atuar provisoriamente nas dependências da antiga Agência Ford, localizada nos altos da rua Felipe Schmidt, junto da avenida Rio Branco (1968-1975), com previsão de lançamento para 10 de maio do corrente ano, data alusiva à Memória do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 316/2020, criada para celebrar e perpetuar a memória dos tribunais e o legado das personalidades que os compuseram.

Outrossim, já foram apresentados o volume 1, quando do lançamento do presente projeto piloto por ocasião das comemorações dos 131 anos de instalação do nosso Sodalício (1º de outubro), em sessão do Órgão Especial (5 de outubro de 2022); o volume 2, por ocasião da comemoração do Dia do Arquivista (20 de outubro); o volume 3, por ocasião da comemoração do Dia do Livro (data da fundação da Biblioteca Nacional – 29 de outubro); e o volume 4, por ocasião da comemoração ao Dia da Justiça (8 de dezembro), todos de 2022. E, na sequência, em 2023, os volumes 5 e 6, por ocasião do Dia da Biblioteca (9 de abril).

Como já referido anteriormente, as biografias aqui compiladas são fruto de pesquisas permanentes e em constante complementação. Como se considera tarefa delicada escrever sobre autoridades, pessoas que são exemplos de coragem, esmero, dedicação, valores, inteligência e princípios, merecedoras de ter a memória perpetuada para além do título de desembargador(a) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a compilação se estrutura numa matriz biográfica que contém o nome do desembargador ou da desembargadora, acompanhado do local e da data de nascimento, filiação, formação, experiência profissional, posse no cargo de desembargador(a), trajetória na magistratura catarinense, aposentadoria, falecimento, outros e fonte. Os volumes são guarnecidos de fotos das sedes do Poder Judiciário estadual e de alguns dos desembargadores dos períodos referidos.

Ao final, consta registrar que toda a contribuição de informações e fotos que sejam de interesse cultural e de preservação da memória do Judiciário catarinense deverá ser encaminhada por e-mail para ddi.museu@tjsc.jus.br.

Desembargadora Haidée Denise Grin
Organizadora e Presidente
Comissão de Gestão de Memória do
Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina



Capítulo 7

Capítulo 7



Capítulo 7

Nos “arrabaldes” de Florianópolis: em uma antiga agência de automóveis Ford, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (1968-1975)



Mais uma vez em menos de 100 anos de existência, o Tribunal de Justiça ocuparia provisoriamente um prédio. Mais distante do casco histórico do centro da capital, o Tribunal, em abril de 1968, seria transferido para as dependências da antiga concessionária Ford, nos altos da rua Felipe Schmidt, junto da avenida Rio Branco.

O complexo de prédios naquele novo endereço pertenceu aos irmãos Amin. Entre as décadas de 1940 e 1960, funcionou ali a primeira revenda da marca Ford de Florianópolis. Na segunda metade da década de 1960, esse conjunto foi alugado para o governo do Estado de Santa Catarina, quando foi ocupado por delegacia de polícia e pelo Tribunal de Justiça. Depois de 1975, quando o Tribunal de Justiça deixou aquele endereço, o prédio se tornou sede do curso Barddal e, anos mais tarde, a primeira concessionária Santa Fé Veículos em Florianópolis, da marca General Motors¹.

¹ Mais recentemente, o prédio foi demolido, e em seu lugar foi construído um edifício residencial.

Sobre esse edifício, inaugurado em 1946, o periódico A Gazeta afirmou que:

[...] a Agência Ford seria uma das maiores agências de automóveis e caminhões de que se tem conhecimento na América do Sul. Ocupando área total de uma quadra, a mais nova agência Ford no Brasil terá, no andar térreo, salão de exposição, seção de peças e acessórios, seção de lubrificação e lavagem, posto de gasolina, com sala de estar para viajantes, com banheiros completos para homens e senhoras. No primeiro andar estarão localizados os apartamentos para os inspetores da Ford Motor Company Inc., agentes e viajantes ilustres. Dois salões para bailes oferecidos pela firma, ligados em arco, cozinha e banheiros completos e na Torre Ford estará localizado um moderno bar, com serviço. Sem dúvida alguma, uma das mais modernas agências de automóveis que se conhece na América do Sul. (A GAZETA, 4/4/1946).

Nas proximidades da cabeceira insular da ponte Hercílio Luz, na então rua Duarte Schutel (no trecho mais tarde denominado rua Hoepcke), encontravam-se, de um lado, a Fábrica de Bordados Hoepcke e, do outro, a Agência Ford. É importante lembrar que, desde o século XVIII, aquela área, mais afastada do antigo núcleo urbano da cidade, concentrava importantes atividades industriais. Primeiramente, ali foram instalados alguns moinhos de beneficiamento de arroz e, em fins do século XIX, instalaram-se no local um complexo industrial com fábrica de pontas (pregos), armazéns e docas para atracação de navios, vila operária e, por fim, fábrica de bordados, fábrica de móveis, postos de gasolina e concessionária de automóveis.

O jornal O Estado publicou nota referente à mudança do Tribunal de Justiça da praça Pereira Oliveira para a Agência Ford:

O Tribunal de Justiça do Estado, após a sessão plena de quarta-feira, entrará em recesso até o final da próxima semana (dia 20). Durante esse período a mais alta Corte de Justiça do Estado será transferida para o prédio onde funcionava a agência da Ford, nesta Capital, tendo em vista que o prédio onde atualmente funciona será totalmente demolido para a construção do Palácio da Justiça. Como se sabe, o PLAMEG já assinou o contrato para a demolição do prédio, faltando apenas o Tribunal de Justiça mudar sua sede para um outro local provisório, o que se dará durante este curto período de recesso. Fontes do PLAMEG informaram que tão logo o prédio esteja desocupado será iniciada sua demolição. (O ESTADO, 9 de abril de 1968, n. 15.867, folha 1, Florianópolis).

A demolição do prédio do Tribunal de Justiça na praça Pereira Oliveira também foi noticiada pelo jornal O Estado:

Deverá ser iniciada nos próximos dias a demolição do prédio onde até a semana passada funcionou o Tribunal de Justiça do Estado, a fim de serem iniciadas as obras de construção da nova sede do Poder Judiciário catarinense que o Governo do Estado erguerá no mesmo local, à Praça Pereira e Oliveira. Como se sabe, o Tribunal de Justiça entrou em recesso para mudar sua sede para o prédio onde funcionava a agência Ford.

Os trabalhos de transferência prosseguem com intensidade, devendo continuar até o fim da semana. (O ESTADO, 17 de abril de 1968, n. 15.871, folha 1, Florianópolis).

A edição de O Estado de 23 de abril de 1968 noticiou o funcionamento do Tribunal de Justiça na sede provisória, na Agência Ford: “O Tribunal de Justiça do Estado encerrou ontem seu pequeno recesso, passando a funcionar no prédio onde se achava instalada a agência Ford desta Capital”.

Nesse prédio havia apenas uma sala para todos os desembargadores, conforme lembranças de alguns magistrados. Apenas o presidente do Tribunal tinha sala privativa. O servidor aposentado Jaime Sprícigo recorda que o prédio da Agência Ford ficava deslocado do “centro” da Capital. Para os servidores do Tribunal de Justiça, principalmente aqueles que dependiam de transporte público, havia um utilitário Volkswagen Kombi para transportá-los entre a praça Pereira Oliveira, onde ficava o antigo Palácio da Justiça, e a Agência Ford.

O desembargador aposentado Amaral e Silva se lembra do período em que o Tribunal permaneceu na Agência Ford. De acordo com suas reminiscências, naquele prédio os desembargadores se sentavam em carteiras do tipo escolar para aguardar o início das sessões. Eles faziam o trabalho em casa; não tinham gabinetes porque não havia espaço. Havia uma pequena biblioteca, na qual os magistrados estudavam os processos. Existia gabinete apenas para o presidente.

Nesta sede tomaram posse 13 desembargadores, por ordem alfabética:

Aristeu Rui de Gouvêa Schiefler
Ayres Gama Ferreira de Mello
Belisário José Nogueira Ramos
Eduardo Pedro Carneiro da Cunha Luz
Francisco José Rodrigues de Oliveira
Francisco May Filho
Geraldo Gama Salles
Ivo Sell
Nelson Konrad
Oswaldo Arêas Hörn
Paulo Peregrino Ferreira
Rid Silva
Waldyr Pederneiras Taulois

ORDEM	NOME DO DESEMBARGADOR	POSSE	DESLIGAMENTO	SEDE
66	Aristeu Rui de Gouvêa Schiefler	26/11/1969	10/7/1980	Agência Ford 1968
67	Belisário José Nogueira Ramos	1º/4/1970	29/12/1970	
68	Francisco José Rodrigues de Oliveira	24/6/1970	14/9/1970	
69	Oswaldo Arêas Hörn	4/11/1970	4/5/1973	
70	Francisco May Filho	18/1/1971	25/8/1988	
71	Waldyr Pederneiras Taulois	28/2/1973	10/7/1974	
72	Eduardo Pedro Carneiro da Cunha Luz	28/2/1973	14/2/1995	
73	Ivo Sell	28/2/1973	11/2/1982	
74	Geraldo Gama Salles	28/2/1973	31/8/1988	
75	Nelson Konrad	20/6/1973	9/12/1989	
76	Rid Silva	17/7/1974	30/11/1985	
77	Paulo Peregrino Ferreira	1º/8/1974	5/9/1974	
78	Ayres Gama Ferreira de Mello	16/10/1974	10/4/1995	

Na sequência se apresentam a biografia dos desembargadores e algumas fotos.

Desembargador

Aristeu Rui de Gouvêa Schiefler





Aristeu Rui de Gouvêa Schiefler

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 17/6/1913.

Filiação: Octavio Carlos da Silva Schiefler e Iracema Bueno de Gouvêa Schiefler.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1937.

Experiência profissional: anteriormente a sua trajetória na magistratura, atuou como bibliotecário do Instituto Politécnico e como articulista de política internacional no jornal de Hermínio de Menezes. Atuou no cargo de promotor público em Bom Retiro (1938), em Jaraguá do Sul (1938), em Porto União (1939) e em Tubarão (1940).

Posse no cargo de desembargador: 26/11/1969.

Trajetória na magistratura catarinense: atuou no cargo de juiz substituto em Curitiba (1940) e na Capital (1942). Promovido a juiz de direito titular, atuou em São Joaquim (1943), Curitiba (1945), Caçador (1947), Mafra (1951), Lages (1953) e Blumenau (1956). No Tribunal de Justiça, foi corregedor-geral da Justiça e vice-presidente.

Aposentadoria/desligamento: 10/7/1980.

Falecimento: 1º/11/2007.

Outros: foi um dos primeiros alunos da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Em 11/4/1932 foi realizado o primeiro exame vestibular para ingresso na nova faculdade, e, entre os 23 candidatos habilitados, Aristeu Rui de Gouvêa Schiefler era um deles (UFSC). É avô dos Juizes de Direito Cláudio Barbosa Fontes Filho e Márcio Schiefler Fontes. O fórum de Meleiro (SC) e o salão do tribunal do júri da Comarca de Blumenau (SC) levam o nome do desembargador.

Fontes:

Texto publicado no Diário Catarinense de 16/11/2007, constante na Ata n. 135 do Tribunal Pleno, de 19/11/2007.

Livros de Atas e Registros Acadêmicos da Faculdade e do Centro.

TJSC, fichas funcionais.



Desembargador

Ayres Gama Ferreira de Mello





Ayres Gama Ferreira de Mello

Local e data de nascimento: São José (SC), 22/1/1927.

Filiação: João Ferreira de Mello e Adélia Gama Ferreira de Mello.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1951.

Experiência profissional: exerceu a profissão de estatístico (1951), a advocacia em Florianópolis e o cargo de promotor de justiça em Ibirama (14/2/1952), em Araranguá (3/2/1953) e em Indaial (27/7/1953).

Posse no cargo de desembargador: 16/10/1974.

Trajatória na magistratura catarinense: juiz substituto em Itajaí (27/8/1954) e Tubarão (6/9/1954). juiz de direito em Bom Retiro (25/4/1955), São Joaquim (11/5/1957), Jaraguá do Sul (12/9/1957), Criciúma (13/5/1963) e Itajaí (10/3/1966), e juiz na Vara de Substituição do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (27/2/1973). Presidente do Tribunal Regional Eleitoral por dois períodos, a partir de 1º/3/1982, vice-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, eleito em sessão de março de 1986, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de 5/3/1990 a 6/3/1992.

Aposentadoria/desligamento: 10/4/1995.

Falecimento: 2/10/2011.

Outros: obteve diversas condecorações, como a Ordem do Mérito da Aeronáutica, em grau de Comendador, e os diplomas de cidadão piçarrense, cidadão lageano e cidadão brusquense, expedidos pelas respectivas câmaras municipais. Na Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, criou o Fundo de Reparelhamento da Justiça, responsável pela construção de vários fóruns e pela implantação da rede de informática em todo o Estado.

Fontes:

TJSC, fichas funcionais.

TJSC. Nota de **falecimento:** desembargador aposentado Ayres Gama Ferreira de Mello. JUSBRASIL, Florianópolis, 3 out. 2011.



Desembargador

Belisário José Nogueira Ramos





Belisário José Nogueira Ramos

Local e data de nascimento: Brusque (SC), 17/2/1916.

Filiação: Adalberto Belisário Ramos e Zélia de Abreu Nogueira Ramos.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1943.

Posse no cargo de desembargador: 1º/4/1970.

Trajetória na magistratura catarinense: juiz de direito nas Comarcas de Orleans (18/8/1948), Curitibaanos (15/1/1952), Indaial (30/4/1952), Brusque (20/5/1952), Mafra (3/1/1956), com opção para a Comarca de Brusque (16/1/1956), Criciúma (15/12/1960), Itajaí (26/12/1960) e Capital (27/6/1962).

Aposentadoria/desligamento: 29/12/1970.

Falecimento: 13/10/1987, Florianópolis (SC).

Outros: o Fórum de Gaspar (SC) leva o nome do desembargador em sua homenagem.

Fontes:

TJSC, fichas funcionais.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 93. Textos e edição por Orivalda Lima Silva.



Desembargador

Eduardo Pedro Carneiro da Cunha Luz





Eduardo Pedro Carneiro da Cunha Luz

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 27/6/1925.

Filiação: Eduardo Pio da Luz e Alcide Carneiro da Cunha Luz.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina.

Experiência profissional: foi secretário substituto do Ministério Público da Comarca da Capital.

Posse no cargo de desembargador: 28/2/1973.

Trajetória na magistratura catarinense: juiz substituto na Comarca de Joinville (15/6/1953). Em 10/8/1953 toma posse e assume o cargo de juiz de direito da Comarca de Bom Retiro. Atuou ainda em Orleans (16/11/1954), São Joaquim (25/4/1956), São José (28/6/1956), Porto União (9/6/1959), Brusque (30/12/1960), Rio do Sul (12/6/1961), Criciúma (3/7/1961) e Joinville (22/3/1962). Foi também juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral, eleito pelo Tribunal Pleno em sessão de 4/7/1956. Designado pelo Tribunal Regional Eleitoral para responder pela 28ª Zona Eleitoral, em São Francisco do Sul, no pleito de 15/11/1965. Foi corregedor-geral da Justiça no biênio de 3/3/1980 a 1º/3/1982 e presidente do Tribunal de Justiça de 1º/3/1984 a 3/3/1986.

Aposentadoria/desligamento: 14/2/1995.

Falecimento: 7/4/2007.

Outros: foi casado com Laureta Scherer. Seu sepultamento foi realizado no cemitério do Itacorubi, em Florianópolis. Residia no bairro Saco Grande, Florianópolis (SC). Um dos fóruns da Comarca da Comarca da Capital leva o nome do desembargador.

Fontes:

TJSC. fichas funcionais.

A Nação, Blumenau, 28 de jan. 1954. Ed. n. 383, p. 1.

O Estado, Florianópolis, 25 de jan. 1956. Ed. n. 12375, p. 4.





O Judiciário: Jornal mensal da Associação dos Magistrados Catarinenses, Florianópolis, maio 2007. Ed. n. 13, p. 5.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Coordenadoria do Arquivo Central. **Índice:** Faculdade de Direito (1908-1982). Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://doczz.com.br/doc/102776/faculdade-de-direito--coordenadoria-do-arquivo-central>. Acesso em: 14 mar. 2023.



Desembargador

Francisco José Rodrigues de Oliveira





Francisco José Rodrigues de Oliveira

Local e data de nascimento: Salvador (BA), 21/2/1914.

Filiação: Palmiro Rodrigues de Oliveira e Jesuína Beatriz Rodrigues de Oliveira.

Formação: Faculdade de Direito de Niterói (RJ), 1939.

Experiência profissional: revisor e repórter do jornal O Imparcial, de 1931 a 1936, professor no Ginásio Carneiro Ribeiro, ambos de Salvador, professor da Faculdade Fluminense de Comércio, no Rio de Janeiro, de 1936 a 1937, professor do Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói, de 1936 a 1942. Atuou como jornalista de O Estado, em Niterói, de 1937 a 1942. Em 1941 passaria a atuar na área do direito como auditor substituto da Justiça Militar do Rio de Janeiro. De 1943 a 1944 atuou como promotor público em Urussanga (SC).

Posse no cargo de desembargador: 24/6/1970.

Trajatória na magistratura catarinense: juiz substituto em Ibirama (1946) e juiz de direito em Curitibaanos (1951), Caçador (1952), Mafra (1954), Tijucas (1956), Lages (1956) e Joinville (1957).

Aposentadoria/desligamento: 14/9/1970. Aposentou-se poucos meses depois de ter se tornado desembargador. Requereu a aposentadoria para não ter que deixar Joinville, que amava.

Falecimento: 11/6/1984, Niterói (RJ).

Outros: instalou a comarca de Criciúma entre os anos de 1944 e 1946. Membro efetivo do Instituto Histórico da Bahia (1936) e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1940). Coautor de um Atlas Histórico e Geográfico publicado pelo Instituto G. De Agostini Ltda. Recebeu do governo federal, por meio do Ministério da Educação e Cultura, a medalha “Clóvis Bevilacqua”, por ocasião do centenário do civilista, em 1959. Teve cinco monografias publicadas pelo Ementário Forense e um livro impresso pela Imprensa Oficial do Estado, entre outras publicações. Em Joinville, uma escola municipal, uma rua no bairro Boa Vista e o salão do Tribunal do Júri levam o nome Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira.



Além disso, é pai do desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho e avô do desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto.

Fontes:

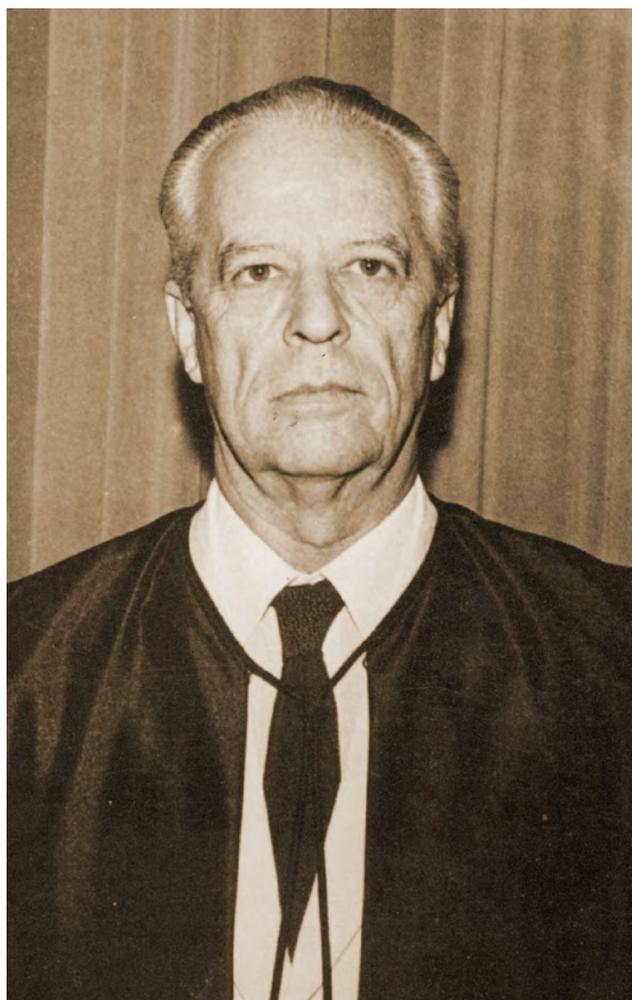
TJSC. Fichas funcionais.

SANTA CATARINA, Poder Judiciário. Amor por Joinville: desembargador optou por aposentar-se a ter de deixar a comarca. Florianópolis, 2 mar. 2020. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/amor-por-joinville-desembargador-optou-por-aposentar-se-a-ter-de-deixar-a-comarca>. Acesso em: 29 set. 2022.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 103. Textos e edição por Orivalda Lima Silva.

Desembargador

Francisco May Filho





Francisco May Filho

Local e data de nascimento: Lages (SC), 18/6/1924.

Filiação: Francisco May e Honorina Ramos May.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1947.

Experiência profissional: advogou em Blumenau (SC). Foi delegado regional de polícia em Blumenau (SC).

Posse no cargo de desembargador: 18/1/1971.

Trajatória na magistratura catarinense: em 1951 foi nomeado para o cargo de juiz substituto na Comarca de Joaçaba. Atuou também nas Comarcas de Chapecó, Concórdia, Curitibanos, Criciúma, Lages e Capital. Entre 1979 e 1982, presidiu o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Presidiu o Tribunal de Justiça de 1º/3/1982 a 1º/3/1984.

Aposentadoria/desligamento: 25/8/1988.

Falecimento: 15/4/2018.

Outros: foi casado com Maria Eloy Neves. É pai da juíza aposentada Eloísa May.

Fontes:

Ata da sessão solene do Pleno de 1º/3/1982.

TRE, SC. Memória: apresentação resumida dos presidentes. Florianópolis, [s.d.]. Disponível em: https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_20.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

SEVERINO, Fabricio. O Judiciário. AMC. Florianópolis, julho de 2010.

A Nação, Blumenau, 29 de nov. 1950. Ed. n. 141, p. 1.

A Nação, Blumenau, 18 de nov. 1950. Ed. n. 132, p. 6.

O Estado, Florianópolis, 5 de set. 1962. Ed. n. 14519, p. 8.



Desembargador

Geraldo Gama Salles





Geraldo Gama Salles

Local e data de nascimento: Itajaí (SC), 29/3/1929.

Filiação: Urbano Müller Salles e Maria Emília Gama Salles.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1951. Mestrado em Direito Comparado pela Southern Methodist University, em Dallas, Texas (EUA), 1957.

Experiência profissional: antes de se formar em direito, foi diretor da Secretaria e secretário da Comissão Permanente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (a partir de 1947). Em 1951 exerceu a advocacia e em 1952 assumiu o cargo de procurador e secretário da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Mais tarde exerceu o cargo de diretor da Bolsa Oficial de Valores de Santa Catarina (criada pela Lei n. 581/1951 e instalada em 15/1/1952) e foi consultor jurídico da Bolsa Oficial de Valores de Santa Catarina e da Diretoria da Organização de Produção da Secretaria Estadual da Agricultura. Advogou para o Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina. Foi professor de direito processual penal na Universidade Federal de Santa Catarina. Foi membro por alguns anos do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil. Além disso, atuou como assessor jurídico do Plano de Metas do Governo do Estado, o Plameg, e foi membro da Comissão de Programas e Coordenação Orçamentária, respondendo pela Procuradoria. Nomeado para secretário estadual de Justiça em 1971.

Posse no cargo de desembargador: 28/2/1973.

Trajatória na magistratura catarinense: membro do Tribunal Regional Eleitoral por curto espaço de tempo. Vice-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em agosto de 1980. Foi presidente no biênio 1986-1987.

Aposentadoria/desligamento: 31/8/1988.

Falecimento: 6/11/2014.

Outros: membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil – SC por vários períodos. Eleito para presidir o Setor Estadual da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade em 1972.





Fontes:

SEVERINO, Fabricio. O Judiciário. AMC. Florianópolis, ago. 2010.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Seção de Santa Catarina. **Morre ex-presidente do Tribunal de Justiça Geraldo Gama Salles**. Florianópolis, 6. nov. 2014. Disponível em: <https://www.oab-sc.org.br/noticias/morre-ex-presidente-do-tribunal-justica-geraldo-gama-salles/10719>. Acesso em: 30 set. 2022.

LAUS, Sônia Pereira. A UDN em Santa Catarina (1945-1960). Dissertação de mestrado em história. Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1985.



Desembargador

Ivo Sell





Ivo Sell

Local e data de nascimento: São José (SC), 21/2/1927.

Filiação: Alfredo Roberto Sell e Lydia Claumann Sell.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Experiência profissional: foi secretário de Estado da Casa Civil a partir de 12/2/1982.

Posse no cargo de desembargador: 28/2/1973.

Trajetória na magistratura catarinense: julgou nas Comarcas de Urussanga, São Joaquim, Chapecó, Brusque, Joaçaba, Tubarão e Florianópolis.

Aposentadoria/desligamento: 11/2/1982.

Falecimento: 2/7/2015.

Outros: foi presidente da corte estadual de 13/8/1980 a 11/2/1982, quando se aposentou.

Fontes:

Folha Acadêmica, Florianópolis, maio 1947. Ed. n. 19, p. 1-4.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Seção de Santa Catarina.

Nota de falecimento: desembargador aposentado e ex-presidente do TJ Ivo Sell. Florianópolis, 2 jul. 2015. Disponível em: <https://www.oab-sc.org.br/noticias/nota-falecimento-desembargador-aposentado-e-ex-presidente-do-tj-ivo-sell/11539>. Acesso em: 14 mar. 2023.



Desembargador

Nelson Konrad





Nelson Konrad

Local e data de nascimento: Cuiabá (MT), 9/12/1919.

Filiação: Eduardo Christiano Konrad e Estella Virgínio Konrad.

Formação: Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1950.

Posse no cargo de desembargador: 20/6/1973.

Trajetória na magistratura catarinense: atuou no cargo de juiz de direito em Bom Retiro (1950), São Joaquim (1951), Curitibaanos (1953), Jaraguá do Sul (1953), Caçador (1954), Joaçaba (1957) e Tubarão (1970). corregedor-geral da Justiça de 1º/3/1982 a 1º/3/1984 e presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de 1º/3/1988 a 9/12/1989.

Aposentadoria/desligamento: 9/12/1989.

Falecimento: 10/8/1996.

Outros: o Fórum de Urubici (SC) leva o nome do desembargador como homenagem.

Fontes:

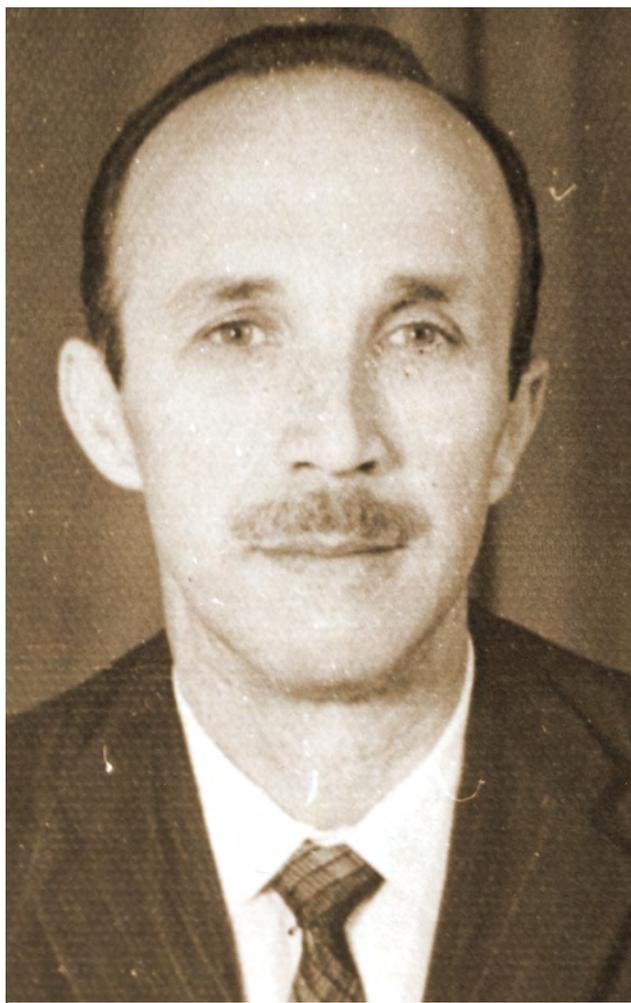
Ficha funcional fornecida pelo TJSC.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 160. Textos e edição por Orivalda Lima Silva.



Desembargador

Oswaldo Arêas Hörn





Oswaldo Arêas Hörn

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 23/1/1915.

Filiação: Amadeu Otto Hörn e Cândida Arêas Hörn.

Formação: Faculdade de Direito do Paraná (PR), 1939.

Experiência profissional: atuou durante cinco anos no Ministério Público de Santa Catarina.

Posse no cargo de desembargador: 4/11/1970.

Trajecória na magistratura catarinense: juiz substituto em Indaial e Blumenau (1943), juiz de direito em Bom Retiro (1944), Biguaçu (1945), Brusque (1947), Laguna (1952), Itajaí (1953), Tubarão (1957) e Capital (1960). Em 1962 ocupava o cargo de juiz eleitoral e presidente da 12ª Zona. Foi promovido, por merecimento, para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça por decreto de 30/9/1970.

Aposentadoria/desligamento: 4/5/1973.

Falecimento: 16/4/1975.

Outros: noivou com Alice-Maria, filha de Felipe Pedreira, na data de 28/12/1940 (O Estado).

Fontes:

TJSC, fichas funcionais.

O Estado, Florianópolis, 28 de dez. 1940. Ed. n. 8133, p. 6.

O Estado, Florianópolis, 5 de nov. 1970. Ed. n. 16509, p. 8.



Desembargador

Paulo Peregrino Ferreira





Paulo Peregrino Ferreira

Local e data de nascimento: Rio de Janeiro (RJ), 9/9/1919.

Filiação: Mário Augusto Peregrino Ferreira e Albertina Figueiredo Pimentel Peregrino Ferreira.

Formação: Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, 1948.

Experiência profissional: foi nomeado para delegado de polícia de Florianópolis (SC) em 22/4/1949.

Posse no cargo de desembargador: 28/2/1973.

Trajетória na magistratura catarinense: juiz substituto em Joinville (1951), juiz de direito em Timbó (1952), Jaraguá do Sul (1954), Canoinhas (1957), Criciúma (1961), Lages (1961) e Capital (1966).

Aposentadoria/desligamento: 5/9/1974.

Falecimento: 6/12/1984.

Outros: foi homenageado com a designação do Fórum de Anita Garibaldi (SC). Foi casado com Ciara Maria.

Fontes:

TJSC. Fichas funcionais.

A Manhã, Rio de Janeiro, 2 de ago. 1946. Ed. n. 1529, p. 5.

O Estado, Florianópolis, 30 de abr. 1949. Ed. n. 10471, p. 8.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 11 de dez. 1948. Ed. n. 8017, p. 14.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 55. Textos e edição por Orivalda Lima Silva.

FÓRUM Desembargador Paulo Peregrino Ferreira. **Guia Múltiplo.** Lages, 2022. Disponível em: <https://www.guiamultiplo.com.br/cadastro/forum-desembargador-paulo-peregrino-ferreira/3135>. Acesso em: 4 out. 2022.



Desembargador

Rid Silva





Rid Silva

Local e data de nascimento: Laguna (SC), 1º/9/1925.

Filiação: Eduardo Silva e Jovelina P. da Silva.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Experiência profissional: foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Atuou no cargo de promotor público (1952) em Joinville (SC).

Posse no cargo de desembargador: 17/7/1974.

Trajectoria na magistratura catarinense: atuou como juiz substituto em Joaçaba (1954) e juiz de direito em Bom Retiro (1954), Videira (1955), Curitiba (1957), Caçador (1957), Concórdia (1962), Brusque (1963), Criciúma (1966), Blumenau (1968) e Capital (1970). Foi vice-presidente do Tribunal de Justiça a partir de 1º/3/1982.

Aposentadoria/desligamento: 30/11/1985.

Falecimento: 30/11/1985.

Outros: foi homenageado com a designação do Fórum Central da Comarca da Capital.

Fontes:

Ficha funcional fornecida pelo TJSC.

CARNEIRO, Marcio. Desembargador Rid Silva. **Jornal de Laguna**, Laguna, 2018. Seção Gente de nossa terra. Disponível em: <http://jornaldelaguna.com.br/desembargador-rid-silva/>. Acesso em: 4 out. 2022.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 75. Textos e edição por Orivalda Lima Silva.

Blumenau em Cadernos, Blumenau, jan. 1977. Ed. n. 1, p. 10.

Correio do Povo, Jaraguá do Sul, 7 de set. 1952. Ed. n. 1708, p. 1.

A Nação, Blumenau, 1º de mar. 1952. Ed. n. 204, p. 6.

O Estado, Florianópolis, 28 de set. 1946. Ed. n. 9842, p. 6.



Desembargador

Waldyr Pederneiras Taulois





Waldyr Pederneiras Taulois

Local e data de nascimento: Guanabara (RJ), 23/8/1915.

Filiação: Eugênio Trompowsky Taulois e Maria de Lourdes Pederneiras Taulois.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina.

Experiência profissional: funcionário diarista do Departamento de Produção e Obras de uma companhia de Juiz de Fora (MG) de 1º/1/1938 a 14/8/1941. Atuou como promotor público e como funcionário da Companhia Nacional de Mineração de Carvão Barro Branco de 1º/8/1944 a 13/8/1946.

Posse no cargo de desembargador: 28/2/1973.

Trajetória na magistratura catarinense: juiz de direito nas Comarcas de Bom Retiro (1948), Ibirama (1949), Criciúma (1952), Laguna (1956), Tubarão (1960) e Capital (1966).

Aposentadoria/desligamento: 10/7/1974.

Falecimento: 10/7/1974.

Outros: foi homenageado com a designação do Fórum de Laguna (SC).

Fontes:

TJSC. Fichas funcionais.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 114. Textos e edição por Orivalda Lima Silva.





Anexos



Anexos

ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

<i>Sétima sede do Tribunal de Justiça</i>	44
<i>Aristeu Rui de Gouvêa Schiefler</i>	45
<i>Ayres Gama Ferreira de Mello</i>	46
<i>Belisário José Nogueira Ramos</i>	47
<i>Eduardo Pedro Carneiro da Cunha Luz</i>	48
<i>Francisco José Rodrigues de Oliveira</i>	49
<i>Francisco May Filho</i>	50
<i>Geraldo Gama Salles</i>	51
<i>Ivo Sell</i>	52
<i>Nelson Konrad</i>	53
<i>Oswaldo Arêas Hörn</i>	54
<i>Paulo Peregrino Ferreira</i>	55
<i>Rid Silva</i>	56
<i>Waldyr Pederneiras Taulois</i>	57

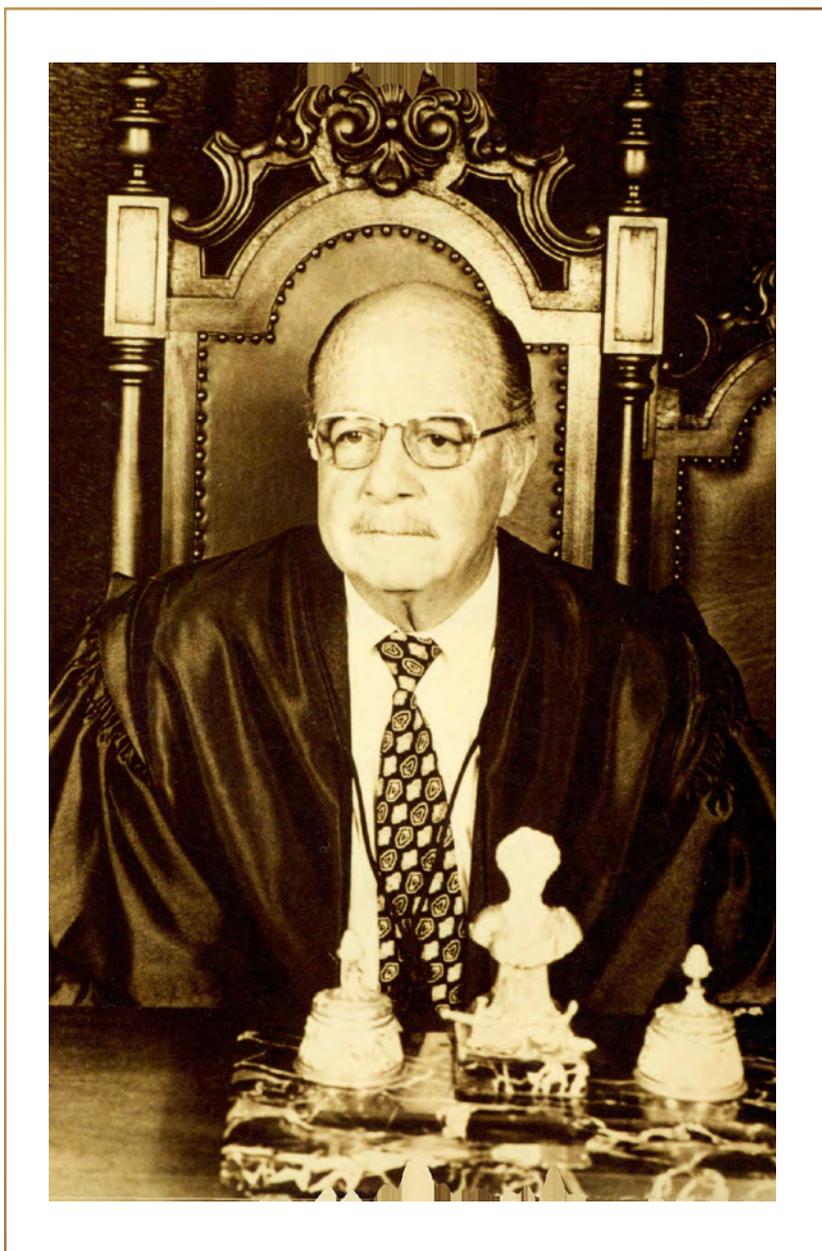
Sétima sede do Tribunal de Justiça



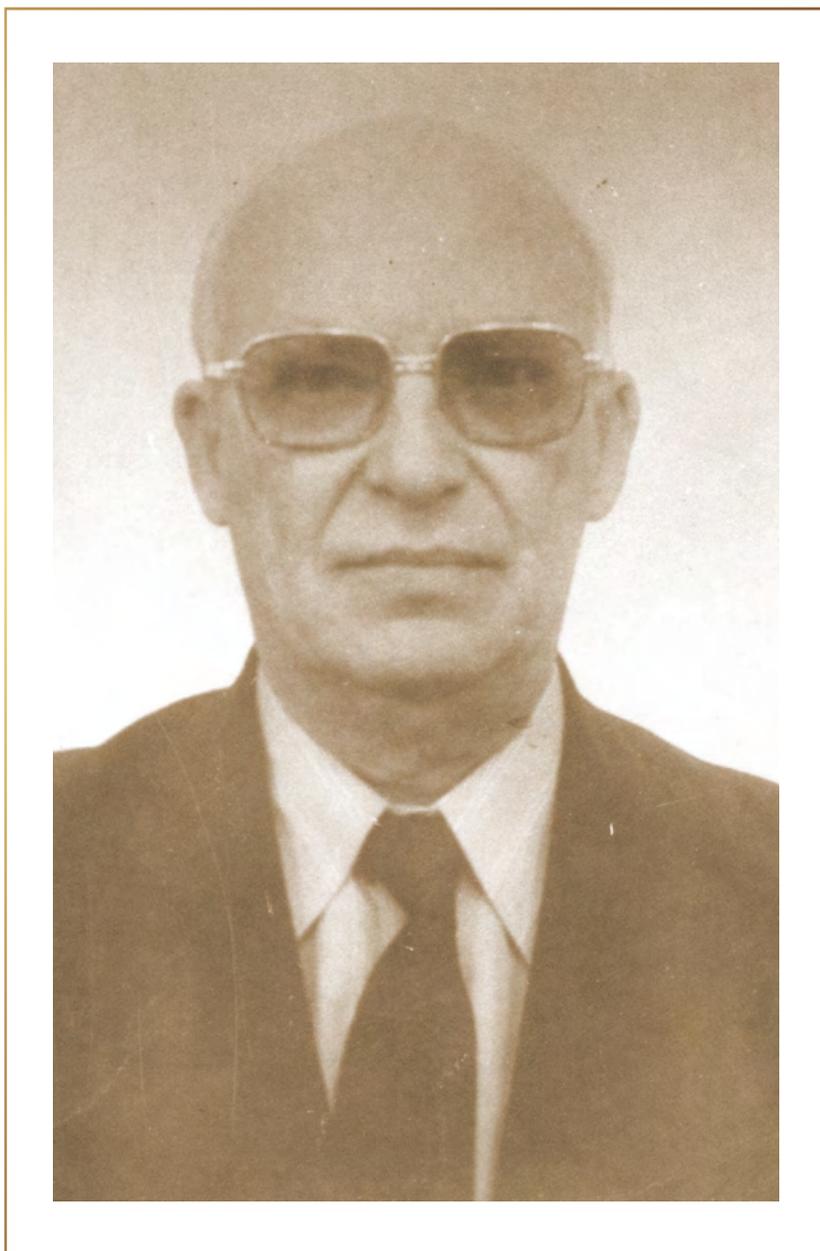
Aristeu Rui de Gouvêa Schiefler



Ayres Gama Ferreira de Mello



Belisário José Nogueira Ramos



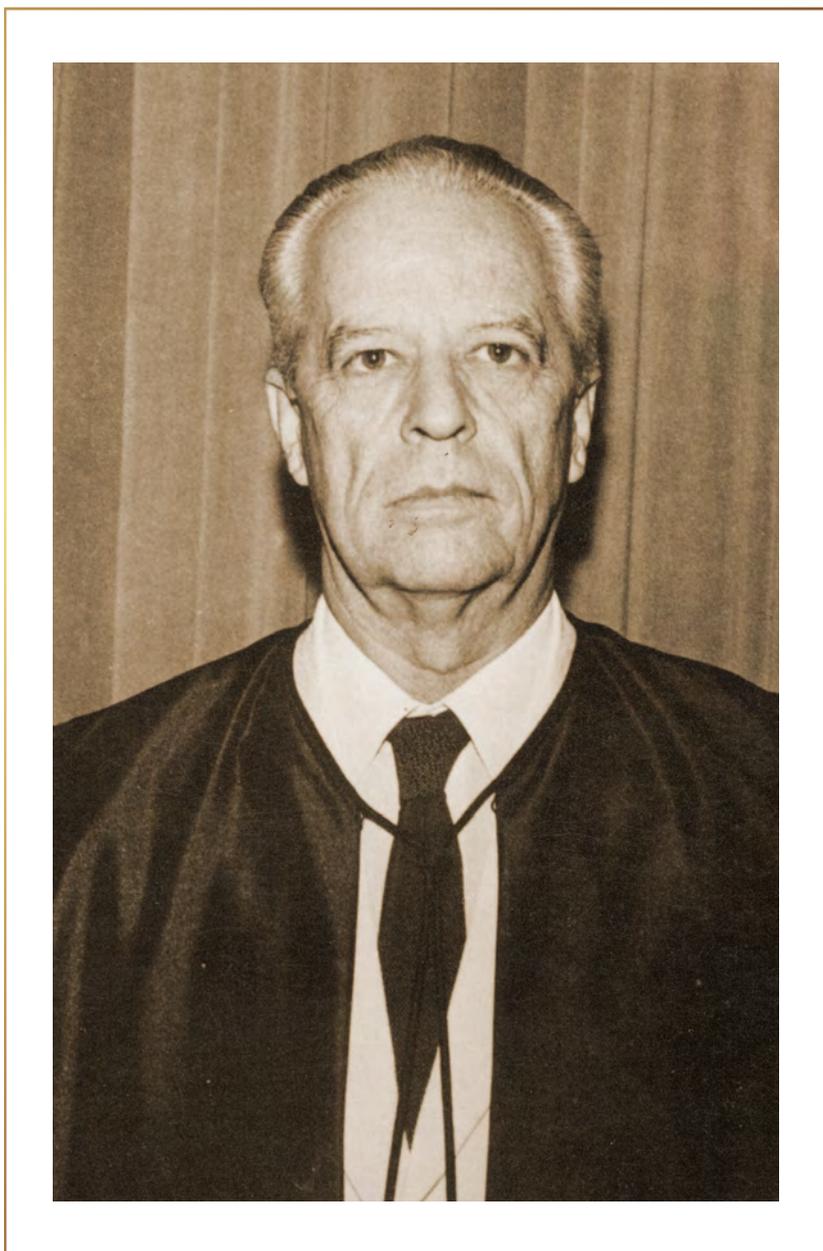
Eduardo Pedro Carneiro da Cunha Luz



Francisco José Rodrigues de Oliveira



Francisco May Filho



Geraldo Gama Salles



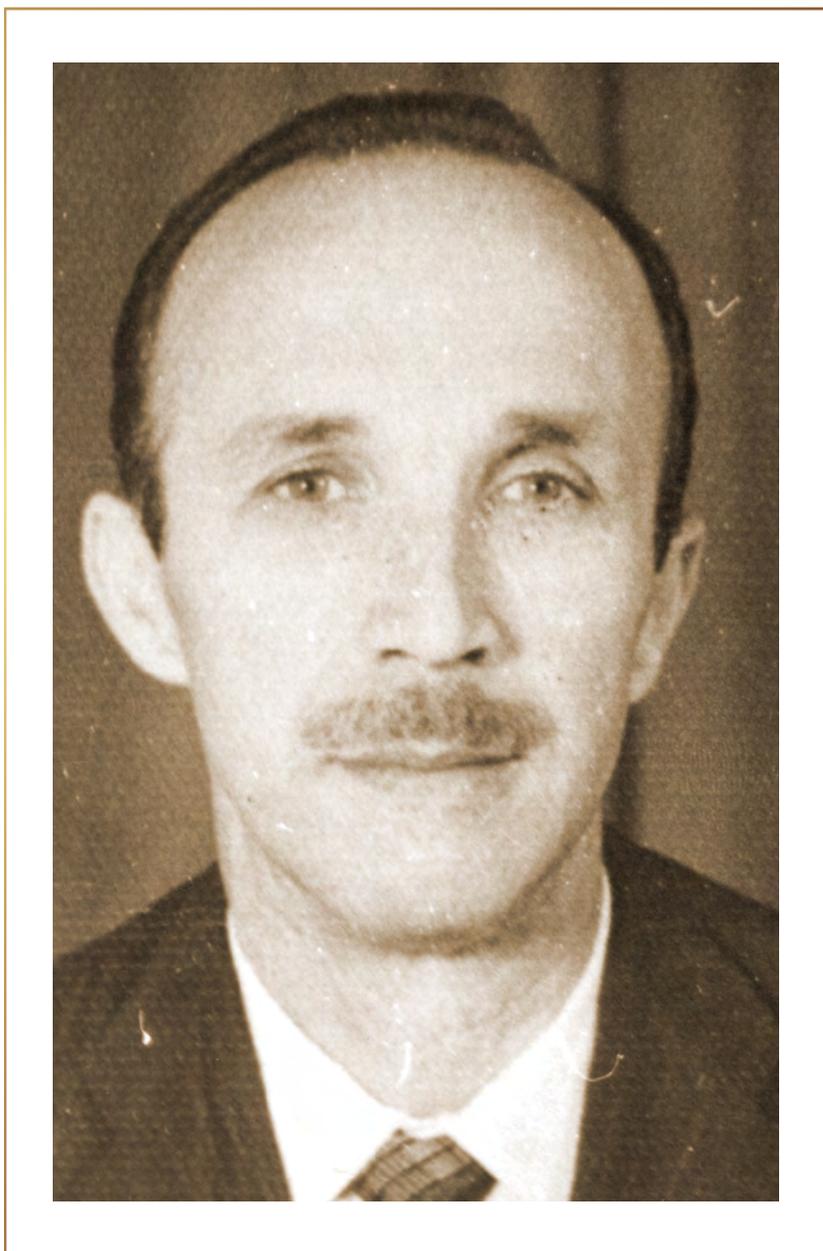
Ivo Sell



Nelson Konrad



Oswaldo Arêas Hörn



Paulo Peregrino Ferreira



Rid Silva



Waldyr Pederneiras Taulois





*Referências
Bibliográficas*



Referências Bibliográficas

LIVROS

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005. Textos e edição por Orivalda Lima Silva.*

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Em meio a leis e pessoas: 125 anos de história do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2016. 332 p., p. 167 e 170-171. Texto e coordenação da pesquisa por Adelson André Brüggemann.*

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Memórias dos 110 anos. Florianópolis: TJSC, 2001. 200 p. Coordenação por Orivalda Lima Silva.*

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Tribunal de Justiça de Santa Catarina: um século 1891/1991. 2. ed. Florianópolis: Tribunal de Justiça, 1991. 167 p.*

JORNAIS

Jornal do Comercio (Florianópolis)

Jornal Progresso (Itajaí)

Legalidade (São Bento do Sul)

O Estado (Florianópolis)

Regeneração (Florianópolis)

República (Florianópolis)

REFERÊNCIAS DE IMAGENS

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Acervo digital do Museu do Judiciário Catarinense

Arquivos fotográficos dos desembargadores



Desembargador João Henrique Blasi – Presidente
Desembargador Altamiro de Oliveira - Primeiro Vice-Presidente
Desembargador Getúlio Corrêa - Segundo Vice-Presidente
Desembargador Gerson Cherem II - Terceiro Vice-Presidente
Desembargadora Denise Volpato - Corregedora-Geral da Justiça
Desembargador Rubens Schulz - Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial

Composição da Comissão de Gestão de Memória do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

Desembargadora Haidée Denise Grin – Presidente

Membros

Márcio Schiefler Fontes -- Juiz Auxiliar
Maurício Walendowsky Sprícigo – Diretor-Geral Judiciário
Ricardo Albino França -- Diretor de Documentação e Informações
Adelson André Brüggemann – Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário
Alan Schmitt Mafra - Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário e.e
Marcos Rodolfo da Silva – Chefe de Divisão de Arquivo
Marcilio Bagatin Silva – Chefe da Divisão de Pesquisa e Informação
Letícia Cardoso de Castro – Representante da Diretoria de Tecnologia da Informação

Coordenadoria de Magistrados

Coordenador

Bruno Makowiecky Salles

Juizes Auxiliares da Presidência

Juíza de Direito Iolanda Volkmann - Núcleo Administrativo
Juiz de Direito Rafael Sandí - Núcleo Financeiro
Juiz de Direito Mauricio Cavallazzi Povoas - Núcleo Jurídico

Diretoria de Documentação e Informações

Ricardo Albino França – Diretor

Núcleo de Comunicação Institucional

Assessoria de Artes Visuais: Projeto gráfico, editoração eletrônica